Trabalho apresentado no 12º CBCENF

Título: MULHERES ENCARCERADAS: UMA ANÁLISE A CERCA DA SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUAL EM PENITENCIÁRIAS BRASILEIRAS

Relatoria: MARIANA SILVA MENDES DE OLIVEIRA

Autores:
Carina da Silva Santos
Renata Marques da Silva
Thaíse Vieira de Andrade
Milca Ramaiane da Silva Carvalho

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Integralidade do cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRODUÇÃO: Mulheres encarceradas é uma população de risco para infecções sexualmente transmissíveis (IST´s), pois elas se expõe usando drogas e trocando sexo por drogas. Essas mulheres são comumente: jovens; de baixo nível socioeconômico e educacional; com história de prostituição; e que não teve acesso aos cuidados adequados de saúde. No Brasil os comportamentos de risco para a aquisição das IST´s, é maior entre presidiárias do que na população geral. O acesso dessas mulheres à informação e aos cuidados em saúde é deficiente, e isso pode ser causado por: condições precárias de vida; baixa escolaridade; e a falta de informação adequada. OBJETIVO: Enfatizar os problemas de saúde sexual e reprodutiva presentes em mulheres encarceradas. METODOLOGIA: A pesquisa é uma revisão de literatura, a qual existe uma comparação teórica sobre a qualidade da atenção primária, em especial a saúde sexual e reprodutiva de mulheres encarceradas em penitenciarias. Esse levantamento teórico contribui para a análise da colaboração dos profissionais de saúde no atendimento qualificado com intuito de promover a saúde da mulher, prevenir e tratar IST´s. RESULTADOS: Elaborar programas educacionais de promoção a saúde, prevenção e tratamento das IST’s em mulheres encarceradas, levando em consideração a situação de vida destas fora da prisão e os fatores sociais que contribuem para o desenvolvimento destas é a melhor forma de promover saúde. Para isso é importante e necessário analisar quais recursos e ferramentas são imprescindíveis para causar mudanças no comportamento das mulheres. Para que esse processo seja eficaz, é necessário que esses programas atinjam essas mulheres e levem em conta a percepção delas em relação as doenças e aos problemas sociais a elas associados. CONCLUSÃO: As políticas de saúde da mulher devem possibilitar a adesão de mulheres encarceradas ao serviço publico de saúde, para que haja o controle de doenças e o acesso aos cuidados relacionados à saúde da mulher.